

EDITORIAL**Limitações Americanas**

A morte de Sérgio Vieira de Mello, em agosto último, mostrou o imbróglio que é o Iraque. O atentado contra a Sede provisória da ONU, em Bagdad, deixou claro que o controle da situação no país é precária. Como uma espécie de repetição histórica do que ocorria nos impérios coloniais europeus, os norte-americanos controlam de uma maneira eficaz porções pequenas do território conquistado, mas estão expostos a ações de guerrilha urbana e atentados numa região vasta, inamistosa e de difícil controle. A violência da “Resistência Iraquiana” foi apontada por vários analistas como algo provável, já pouco antes do início da guerra em março/abril deste ano.

Os Estados Unidos avançaram para o Iraque com várias motivações convergentes. Em primeiro lugar, o Iraque aparecia como o alvo de ocasião: enfraquecido por anos de embargo econômico após a Guerra do Golfo, em 1991, suas forças militares estavam tão depauperadas como a sua população civil. Em segundo lugar, Ele surgia, para os planejadores da administração Bush, como um ponto de partida para uma reorganização geopolítica do Oriente Médio. Uma ação bem sucedida por lá terminaria colocando os Estados Unidos em condições de arbitrar de maneira mais efetiva os conflitos naquela região do mundo: pressão sobre os palestinos, a Síria e o Irã. Ao mesmo tempo, pressão em cima de um aliado, a Arábia Saudita, fonte principal do financiamento para a Al Qaeda e celeiro para o descontentamento de movimentos islâmicos anti-americanos. E, em terceiro lugar, havia por parte da administração Bush o desejo de dar uma resposta rápida aos eleitores americanos e, também, mostrar ao mundo que a Superpotência estaria disposta a passar por cima de inimigos, neutros e aliados, quando os interesses de segurança norte-americanos estivessem sendo ameaçados. A força seria, para os “falcões” do governo republicano, mais efetiva em relação aos terroristas, Estados delinquentes e mesmo aliados do que os mecanismos clássicos da concertação diplomática.

Ocorre que em matéria de conflitos internacionais ainda vale o dito: “sabe-se como uma guerra começa, mas não como ela termina.” Nestes meses que se seguiram ao colapso do governo de Saddam Hussein, algumas situações começaram a se cristalizar no Iraque e em outras partes do mundo – regiões geográficas e fóruns internacionais. No Iraque, a situação é delicada, para usarmos um eufemismo mais polido. Aos ataques movidos por sunitas e que eram o sustentáculo do regime iraquiano, temos a sempre possível rebelião xiita no sul. Ainda que beneficiários diretos da vitória dos Estados Unidos na guerra, os xiitas iraquianos deixaram bem claro que não querem uma ocupação norte-americana, solitária ou em conjunto com a ONU. O perigo, aqui é de uma série de ações militares combinadas com um levante no estilo “intifada palestina”. Alguns sinais preocupantes já foram mostrados nas últimas semanas, com greves e paralisações comandadas por clérigos xiitas. Essa seria uma situação verdadeiramente explosiva para a ocupação americana, com reflexos imediatos para as eleições do próximo ano nos EUA.

No Oriente Médio, israelenses e palestinos continuam às turras. A vitória americana de fato colocou uma pressão adicional sobre os inimigos do Estado de Israel. O ataque israelense contra alvos hipoteticamente terroristas na Síria e a declaração

subseqüente dos Estados Unidos, de que os sírios estavam acobertando o Terror, devem ser entendidos num contexto de pressões crescentes contra os países islâmicos da região.

Todavia, a resistência palestina continua. As idas e vindas dos candidatos a primeiro-ministro da Autoridade Palestina e os choques constantes com Arafat, também deixam claro que a pressão exercida depois da ação no Iraque não estão surtindo o efeito esperado. Entre os países islâmicos, a relação com a Arábia Saudita continua sendo a mais delicada. O arsenal nuclear israelense e a presença de tropas e navios de guerra próximos dos sauditas não muda o fato de que este país segue como a principal fonte financiadora da Al Qaeda. Segundo vários analistas, o fluxo de dinheiro não pode ser controlado pelo governo, pois há vários simpatizantes de Bin Laden dentro das elites sauditas, e uma atitude mais firme por parte do governo americano poderia ter conseqüências graves, pois ameaçaria desestabilizar o maior fornecedor de petróleo do mundo.

No principal fórum de discussões internacionais, a ONU, a posição americana continua sendo alvo de críticas. Os franceses – sempre eles... – continuam usando a sua posição dentro da Europa e no Conselho de Segurança para opor obstáculos ao governo Bush. Ameaçam vetar qualquer resolução em relação ao Iraque que não implique em dar mais poder à ONU no país ocupado. Como se não bastassem os críticos tradicionais, o presidente Bush teve de ouvir o discurso do Secretário Geral, Koffi Anam, que simplesmente criticou o unilateralismo americano.

Naquele outro grande fórum, a OMC, os países pobres começam a se coligar para defender os seus interesses no âmbito comercial agrícola. Os Estados Unidos e a União Européia assistem, desagradados, ao fracasso da Reunião de Cancún, pois se recusam a discutir de uma maneira mais ampla e eqüitativa as questões agrícolas. Desnecessário dizer que Washington foi a capital que mais se irritou com essa atitude por parte das nações pobres.

Talvez estejamos assistindo, pela primeira vez desde o fim da Guerra Fria, a constituição de um sistema de freios e contrapesos à hegemonia americana. Podemos observar que uma série de Estados tratam de consolidar a sua posição em regiões específicas do mundo, numa maneira de estabelecer melhores bases de negociação e relacionamento com a Superpotência. Ao invés de uma confrontação global com os Estados Unidos, vários países tratam de competir por influência regional. Cientes de que não podem enfrentar os norte-americanos no campo militar, econômico e político, são sabedores, também, de que precisam resguardar algum espaço de atuação externa para defender os seus interesses.

Na Ásia, chineses e indianos se fortalecem localmente. Possuem economias que crescem rapidamente, e se transformam em grandes plataformas de desenvolvimento tecnológico, civil e militar. A União Européia sai fraturada depois da Guerra Iraquiana, mas consolida-se como pólo de poder regional. Muitos analistas especulam que a divisão entre a “velha” e a “nova” Europa – categorias criadas por Rumsfeld no início do ano – será superada, pois os recém-chegados à UE, os países que pertenciam ao antigo Bloco Soviético, chegariam à conclusão que os Estados Unidos não poderiam lhes garantir, simultaneamente, segurança, desenvolvimento econômico e redes de proteção social.

Especialmente nesse terceiro item, somente um acordo com a “velha Europa” permitiria uma posição confortável.

A morte de Sérgio Vieira de Mello mostra o imbróglio iraquiano. Mas ela é simbólica de uma situação maior: por mais poderosos que sejam, os Estados Unidos da América terão que se adaptar a uma situação internacional na qual eles poderão ser os maiores, mas não poderão obter tudo. Com uma economia dinâmica e gigantesca, mas ainda assim que encolhe quanto mais crescem as participações de outros países, será uma questão de tempo até que os custos do unilateralismo comecem a anular quaisquer projetos imperiais que certos setores mais belicistas da administração Bush estão acalentando hoje.

Quem viver, verá.

Flávio Rocha de Oliveira¹

¹ Mestre e doutorando em Ciência Política. É Professor nos cursos de Relações Internacionais do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e da FASM, e também da pós-graduação na FESP/USP.